



## PODCAST DO CORREIO

# País ainda não olha para desaparecidos

Coordenadora de observatório especializado — o primeiro do Brasil — alerta para as lacunas na legislação e as falhas estruturais na busca de pessoas subtraídas. Proporcionalmente, Distrito Federal concentra maior número de casos

» ALÍCIA BERNARDES\*

O desaparecimento de pessoas no Brasil vai além do drama individual ou familiar. Trata-se de um problema social, muitas vezes associado a questões como segurança pública, exploração sexual e tráfico de pessoas. Para a pesquisadora (UnB) Simone Rodrigues Pinto, da Universidade de Brasília (UnB), a falta de políticas públicas eficazes e de uma estrutura nacional integrada para lidar com esses casos dificulta a solução do problema, afetando diretamente famílias, comunidades e até mesmo a economia.

A partir do próximo dia 28, o Brasil contará com o primeiro Observatório de Desaparecimento de Pessoas no Brasil, ligado à UnB e ao Ministério dos Direitos Humanos. A iniciativa, coordenada por Simone Pinto, tem como objetivo aprofundar os estudos sobre o desaparecimento. O número impressiona: pelo menos 66 mil pessoas por ano no país saem do convívio de familiares e amigos.

Para os parentes, o desaparecimento de um ente querido representa uma paralisação total da vida cotidiana. “Muitas vezes, quem sofre essa perda não consegue mais trabalhar, seja por questões psicológicas, seja pela necessidade de buscar o ente desaparecido”, explicou Simone às jornalistas Ana Maria Campos e Mariana Niederauer no Podcast do **Correio**. O Observatório de Pessoas Desaparecidas, ligado à Universidade de Brasília (UnB) e ao Ministério dos Direitos Humanos. O impacto econômico é significativo, especialmente em famílias de baixa renda. Muitas vezes, a mãe ou o pai que lideram a busca é também o principal provedor financeiro.

Apesar da gravidade do problema, o Brasil ainda carece de estudos aprofundados sobre o desaparecimento de pessoas. “No Observatório, tentamos articular os poucos pesquisadores que trabalham com esse tema no país. Mas ainda é um grande quebra-cabeça. Há quem estude os desaparecimentos ligados a mídias e narcotráfico no Rio de Janeiro; outros focam em desastres naturais,

como os ocorridos em Brumadinho e no Rio Grande do Sul. No entanto, essas pesquisas ainda não se conectam para oferecer uma visão mais ampla do problema”, relatou a especialista.

### Alerta Amber

Uma tentativa de combater o desaparecimento de crianças no Brasil foi a implementação do Alerta Amber em 2023 no Distrito Federal, em Minas Gerais e no Ceará. O sistema foi expandido para mais de 15 unidades da Federação, mas ainda enfrenta desafios. “O DF, proporcionalmente, é onde mais desaparecem pessoas no Brasil, mas, até agora, apenas duas crianças foram incluídas no alerta por aqui”, explicou a especialista.

Segundo dados do Ministério da Justiça, o Distrito Federal registrou 2.701 desaparecimentos em 2023. Naquele ano, alcançou a maior taxa de desaparecimentos por 100 mil habitantes, com 91 casos. A segunda posição ficou com Roraima, com 77,1 casos por 100 mil habitantes. O Rio Grande do Sul ficou na terceira posição, com 68 casos.

Apesar do avanço tecnológico, o alerta Amber tem limitações. Nos Estados Unidos, a notificação é enviada para os telefones celulares da população, transmitida em cadeia nacional de rádio e TV e exibida em painéis de rodovias. No Brasil, o alcance é restrito a Instagram e Facebook, dentro de um raio de 160 km do local do desaparecimento. “Esse alcance, considerando o tamanho do país, é quase nada”, lamenta Simone Pinto. Ainda assim, o alerta Amber já ajudou a encontrar quatro crianças — três no Ceará e uma no Paraná.

### Tipificação

Outro ponto crítico é a ausência da tipificação do crime de desaparecimento forçado no Brasil. Apesar de reiteradas recomendações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o país ainda não tem legislação específica para esses casos, que muitas vezes envolvem integrantes do Estado.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Simone Pinto: Brasil tem mais desaparecidos do que alguns países em guerra

“O desaparecimento forçado ocorre quando há envolvimento de agentes públicos, como policiais e servidores do sistema prisional, ou até mesmo de grupos paramilitares com a conivência do Estado”, explica a especialista. Sem uma tipificação específica, esses casos

são registrados de forma genérica, dificultando a real dimensão do problema.

A lacuna na legislação torna esses crimes graves invisíveis. “O mesmo aconteceu com o feminicídio. Antes de ser tipificado, os casos eram tratados apenas como homicídios. Com a criação do

crime de feminicídio, conseguimos entender melhor a dimensão do problema e desenvolver políticas mais eficazes para combatê-lo. O mesmo deveria acontecer com o desaparecimento forçado”, argumentou a especialista.

O Brasil, apesar de não estar em guerra, registra números de desaparecidos equivalentes aos de países em conflito. “Quando olhamos para genocídios na África ou conflitos raciais, vemos que os números são próximos. E isso em um país que, teoricamente, vive em período democrático”, alertou Simone Pinto.

Além disso, contou a especialista, há uma resistência em investigar casos de desaparecimento dentro do sistema prisional. “Muitos familiares entram em contato com os presídios, mas os presos simplesmente desaparecem. Oficialmente, são registrados como fuga, mas há indícios de que muitos casos envolvem ocultação de mortes, destacou.

### Crianças e adolescentes

A especialista também abordou a alta de desaparecimentos envolvendo crianças e adolescentes. E recomendou atenção às famílias. “É comum ouvirmos relatos de crianças que foram apenas até a outra quadra e nunca mais voltaram. A vigilância e o controle sobre redes sociais são essenciais, pois há criminosos agindo nesses espaços para fins de tráfico de órgãos, tráfico internacional de pessoas ou abusos”, explicou.

Muitas famílias acreditam que esse tipo de crime ocorre em regiões periféricas ou com crianças que se distanciam muito de casa. No entanto, os dados mostram que qualquer descuido pode ser fatal. “Quem não lida com isso acha que é exagero. Mas não é. Acontece com mais frequência do que imaginamos”, advertiu a especialista.

Diante desse cenário, Simone Pinto reforçou a necessidade de políticas públicas mais eficazes; maior integração entre os órgãos de segurança e a sociedade; e urgência na aprovação de leis que permitam uma abordagem mais clara e objetiva do desaparecimento forçado no país.

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Lula vai a Tóquio com um olho no Trump e outro no Xi Jinping

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou ao Japão nesta segunda-feira, acompanhado dos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Os ex-presidentes do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e da Câmara Arthur Lira (PP-AL) também integram a comitiva, além de outros parlamentares e ministros. Planejada para ampliar parcerias comerciais na Ásia, o objetivo é diversificar as correntes de negócios e tratar a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China como uma oportunidade para ampliar as relações comerciais com grandes países asiáticos.

Visita de Estado, Lula teve um encontro reservado com o imperador Naruhito e sua esposa, a imperatriz Masako. Acompanhado da primeira-dama Janja da Silva, o presidente voltará a se reunir com o casal imperial para um jantar.

Naruhito, 65 anos, assumiu em 2019 o Trono de Crisântemo, como é conhecido o trono japonês, uma dinastia com mais de 2 mil anos, que remonta a 600 a. C.. Esta será a quinta vez que o presidente brasileiro visita o país.

O Brasil conta com a maior população nipodescendente fora do Japão, estimada em mais de 2 milhões de pessoas, e o Japão abriga a quinta maior comunidade brasileira no exterior, com cerca de 211 mil nacionais. Os dois países mantêm Parceria Estratégica e Global que completa uma década em agosto deste ano. Entretanto, são 130 anos das relações diplomáticas. Foram estabelecidas com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1895. O acordo permitiu abertura recíproca de representações diplomáticas em 1897 e abriu caminho para o início da imigração japonesa, em 1908.

O Japão é o nosso mais tradicional parceiro na Ásia e o nono país a investir no Brasil. Um dos objetivos da viagem é a abertura do mercado japonês para o agronegócio brasileiro, especialmente para as carnes bovina e suína in natura. O segundo país a ser visitado por Lula será o Vietnã, um caso bem-sucedido de integração às cadeias globais de valor, ao lado da Indonésia e da Índia.

A comitiva presidencial deve seguir para Hanói, capital vietnamita, na quinta-feira. Estão previstos encontros com o presidente do Vietnã, Luong Cuong, e o primeiro-ministro do país, Pham Minh Chinh. Brasil e Vietnã registraram em 2024 intercâmbio comercial de US\$ 7,7 bilhões, com superávit brasileiro de US\$ 415 milhões. O Vietnã é o quinto destino global das exportações do agronegócio brasileiro e um dos principais produtores mundiais de café, arroz e produtos eletrônicos.

### EUA e China

Lula faz esse périplo pela Ásia com um olho no presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e outro no líder chinês Xi Jinping, os dois grandes protagonistas da economia mundial. Novas tarifas serão adotadas pelo governo dos Estados Unidos a partir do dia 2 de abril. A política protecionista de Trump é muito agressiva, porque pretende transferir “indústrias críticas” para os Estados Unidos. Uma lista de 15 “países sujos”, com balança comercial deficitária para os Estados Unidos, deve ser anunciada por Trump. Austrália, Canadá, China, União Europeia, Índia, Japão, Coreia do Sul, México, Rússia e Vietnã estão entre eles.

Entretanto, inclusão do Brasil na lista não pode ser atribuída à balança comercial, que é equilibrada. Se ocorrer, será para proteger setores com baixa competitividade da economia norte-americana, como o siderúrgico, por exemplo. Entretanto, há conversas entre o Itamaraty e as autoridades norte-americanas. O presidente em exercício, Geraldo

Alckmin, ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, é o principal interlocutor entre os dois governos nessa questão.

Para Trump, as regras, instituições e alianças da globalização sugaram os EUA. É uma visão completamente oposta à do presidente da China, Xi Jinping. O caso chinês é particularmente interessante porque sua expansão comercial se deu de acordo com a institucionalidade da economia globalizada, nos marcos da Nova Rota da Seda. Apesar de seu atual poder econômico e militar, numa região na qual os Estados Unidos são a força hegemônica desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a China optou pela cautela e o “soft power”, apesar da tensão permanente com Taiwan, a ilha rebelde chinesa, e com o próprio Japão, um grande parceiro comercial, em relação às ilhas Sankaku, no Mar da China.

Bilhões de dólares foram investidos em Institutos de Confúcio e programas de ajuda externa em dezenas de países, a China exerce forte atração pelo desenvolvimento econômico e tecnológico impressionantes,

por seu urbanismo futurista e a emancipação de milhões de pessoas da pobreza. Entretanto, em três décadas alterou a divisão internacional do trabalho, no qual tinha lugar cativo ao produzir bens de consumo não duráveis e eletrônicos, ao alcançar um patamar econômico e tecnológico no qual compete em quase tudo e com quase todos.

Além da enorme distância cultural e de valores, o nosso maior parceiro comercial, sem o qual o agronegócio brasileiro entraria em colapso, também é o principal concorrente da nossa indústria, nos mercados interno e externo. Os principais compradores das nossas manufaturas são os Estados Unidos e, depois, a Argentina. Entretanto, a parceria com a China pode alavancar os investimentos em infraestrutura, principalmente na logística do Pacífico. Um trunfo de Lula nas negociações com Trump, porém, aumentar a dependência em relação aos chineses não é uma boa alternativa. É preciso encontrar um novo ponto de equilíbrio.